

# **SABORES DO QUILOMBO: COMUNIDADES TRADICIONAIS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS**

Alessandra Oliveira Teles, José Raimundo Oliveira Lima, Flávia Almeida Pita – UEFS  
aoteles@uefs.br/ joseraimundouefs@hotmail.com/fa-pita@uol.com.br  
GT 12 – Comunidades tradicionais, manejo coletivo de recursos e sustentabilidade

## **Introdução**

O Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS vem implementando, desde 2008, um projeto de Incubação de Iniciativa da Economia Popular e Solidária que trabalha com a produção e comercialização de alimentos. A Comunidade Quilombola Lagoa Grande (certificada pela Fundação Cultural Palmares) conta com uma população que vive da agricultura, caracterizando fortemente a identidade cultural da comunidade. O diálogo vem sendo mantido mais diretamente com o Grupo “Sabores do Quilombo” composto por 12 mulheres da referida comunidade. Acredita-se que essa experiência comunitária acumulada, articulada à capacidade da incubadora em dialogar com as comunidades e grupos populares, possa auxiliar no processo de incubação e articulação de rede de comercialização dos produtos da Comunidade, visto que existe uma possibilidade de troca de saberes e sabores, entre universidade e comunidade, fortalecendo as redes de produtos de preços justos e solidários, além da promoção do consumo consciente no ambiente universitário, uma vez que a alimentação é um fator preponderante no processo de construção identitária.

## **Um pouco de teoria**

A Economia Popular e Solidária encarrega-se de satisfazer as necessidades de reprodução da vida manifestando-se sobre a ótica das diversas dimensões de atuação dos sujeitos, seja social, política, educacional, ambiental, cultural, bem como se organiza sobre a lógica de outras tipologias como associações, cooperativas, grupos informais, no intuito de agir sobre os princípios do trabalho coletivo, comércio justo, consumo consciente, associativismo, cooperação, solidariedade e ação econômica (LIMA, 2011).

Com tal organização, esta economia se configura numa produção associada de sujeitos em uma perspectiva socioprodutiva contraposta à lógica da economia tradicional. Fundada sobre uma ótica da produção em que o capital se configura como o centro de convergências de interesses manifestados nas unidades de produção e de consumo, regidas por princípios da competitividade e individualismo visando à otimização na combinação de fatores de produção capital e trabalho, sobre o comando do primeiro com o fim da maximização do lucro (LIMA, 2012).

Destaca-se também, em contraposição ao modo de produção da economia tradicional, o processo político formativo de caráter classista, que se manifesta mediante o saber e o conhecimento local, as tecnologias sociais, bem como a educação popular estabelecida nos diálogos com e entre os sujeitos participantes da iniciativa no processo autogestionário, conforme define Tiriba (2010).

Neste contexto, a produção associada concretiza a economia popular e solidária a partir da síntese advinda do conjunto de trabalhadores da informalidade, aqui reconhecidos como economia dos setores populares, ambiente propício para a economia política dos setores populares via produção associada, na perspectiva defendida por Meszáros (2005). Procura-se neste processo político-educativo-didático-pedagógico, ainda, desmitificar também no ambiente acadêmico o debate sobre a “ideologia do empreendedorismo”, que tem procurado, sobre o manto do neoliberalismo, culpar os trabalhadores precarizados de forma individualizada pelas crises socioeconômicas, pela falta de emprego ou pela própria precarização do trabalho e da vida a que está submetido de forma generalizada, segundo Castro (2013).

Para Lima (2016) uma das maneiras mais apropriadas de enfrentar o debate alienante coberto pela ideia de cultura empreendedora, bem como a submissão do trabalhador à lógica hierarquizante e individualizante imposta pelo capital, é através dos processos educativos de trabalho em produção associada, em que o trabalhador possa compreender-se como classe e o trabalho, como centro de uma outra economia política: a economia popular e solidária como estratégia para o desenvolvimento local, compreendendo o local como uma totalidade histórica, socioeconômica e de contradições, que se comunica com o global sem submissão ou obediência a hierarquias impostas política e economicamente de fora do seu controle endógeno.

### **Sabores do Quilombo: Parte da Comunidade Lagoa Grande**

A história da Comunidade Lagoa Grande é bem antiga, considerando sua trajetória da organização em quilombo ao momento atual. A partir de 1973, através da movimentação de sua população foi criada a primeira Associação Comunitária, a ACOMAQ – Associação Comunitária de Maria Quitéria. Em 1979, fizeram parceria com a Associação de Pequenos Trabalhadores Rurais da Bahia (APAEB), o que possibilitou a comercialização dos produtos da agricultura familiar sem a carga tributária do ICMS, inviável para as condições dos pequenos agricultores. Segundo a página da Associação

nas redes sociais a criação da ACOMAQ foi o desencadeador para a luta por direitos e a união da comunidade em torno de um interesse comum: o “Direito de ter direitos”. Entre 1979 e 2007, as lutas por melhores condições de trabalho e vida não cessaram.

Em 2007 a Comunidade foi legitimada como Comunidade Quilombola. Entre 2012 e 2014, a discussão ganha força e projeção com a pesquisa e defesa de tese pela professora Lívia de Carvalho Mendonça. Seu trabalho deu ânimo e estimulou os moradores buscarem a ampliação de seus horizontes, em todos os sentidos, investiram na educação, em diversos níveis, e muitos abraçaram a atividade de comercialização dos produtos locais, organizaram-se em grupos produtivos, como o estudado nesse artigo, denominado Sabores do Quilombo.

Com uma população em torno de 400 pessoas, vivendo da agricultura e, principalmente, das vendas dos produtos derivados da mandioca, como por exemplo, bolos, mingaus, farinhas, sequilhos, beijus e acarajé, que caracterizam fortemente a identidade cultural da comunidade. Situa-se no distrito de Maria Quitéria, zona rural de Feira de Santana.

A Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS), no que se refere à integração interdisciplinar do tripé ensino, pesquisa e extensão, vem tentando oportunizar situações entre sujeitos do campo e suas organizações para o diálogo entre saberes diversos e o conhecimento dito científico. Assim, o diálogo é mantido com o Grupo “Sabores do Quilombo” composto diretamente de 12 mulheres, da referida comunidade quilombola, selecionado na forma descrita na seção a seguir.

A escolha do nome Sabores do Quilombo já é um exemplo de como as intermediações da IEPS/UEFS promoveram uma amarração entre o saber científico e o conhecimento popular, pois através das diversas oficinas para explicação sobre economia popular e solidária, o grupo compreendeu sua posição dentro da comunidade e como essa denominação refletia quem eram.

Esta localidade tem uma história antiga em torno da resistência quilombola, organização comunitária e também sobre comercialização dos produtos em experiências passadas. Neste sentido, acredita-se que essa experiência comunitária acumulada, articulada à capacidade da incubadora em dialogar com as comunidades e grupos populares, auxiliou no processo de incubação e articulação da rede de comercialização dos produtos da Comunidade Quilombola Lagoa Grande.

## **Como chegaram a cantina / Seleção do grupo produtivo**

Demonstra-se importante relatar as a trajetória para a seleção do grupo, inclusive com uma mudança na metodologia utilizada para a seleção dos grupos que possivelmente participará do processo de incubação, fruto da experiência e reflexões proporcionadas pelos Projetos Cantina Solidária I e II.

O grupo envolvido no Projeto Cantina Solidária I (cantina módulo VII) participou do Projeto de implantação da IEPS-UEFS, que contou com o apoio da FAPESB. As trabalhadoras, constituídas sobre a denominação Copermasol, vivenciaram os processos educativos com a IEPS desde 2008, e consolidaram sua experiência produtiva com o apoio de equipamentos adquiridos com os recursos da FAPESB.

Só em 2013, no entanto, apresentou-se a oportunidade de referenciar socialmente o espaço público da cantina do Módulo VII, através do Projeto Cantina Solidária I. De início, sempre considerando a importância da impessoalidade, publicidade e isonomia na disponibilização do espaço, elaborou-se edital de seleção pública minudenciado, que seguiu todos os trâmites de publicidade, mas que ficou deserto. As exigências, a formalidade, o difícil acesso dos grupos produtivos populares à linguagem escrita revelou-se, na nossa avaliação, como obstáculo intransponível. A falta de grupos inscritos, demonstrou-se justificável proporcionar ao grupo que já participava de processo de incubação com a IEPS um espaço real para o desenvolvimento de suas atividades – o que era, até então, seu grande obstáculo, já que as trabalhadoras não dispunham de uma sede para comercialização dos alimentos que produziam, acabando, por isso, por fazê-lo apenas sazonalmente, ou em espaços improvisados (como na calçada de suas casas, nos fins de semana).

O mesmo problema identificado no Projeto Cantina Solidária I demonstrou-se persistente no Projeto Cantina Solidária II. Desta feita, no entanto, revelou-se de modo diferente. Ao processo seletivo proposto responderam dois grupos urbanos de trabalhadores/as. Nenhum deles, no entanto, revelou-se realmente adequado à proposta de incubação, especialmente porque era possível identificar de forma velada – a despeito de não ser assumido pelo grupo, e até negado nas entrevistas e visitas realizadas – laços de subordinação prévia entre os integrantes, o que era reforçado pelo fato de o equipamento necessário para o trabalho não pertencer ao grupo, mas a um ou dois dos seus integrantes (isto se repetiu nos dois grupos inscritos).

Decidiu-se, no entanto, naquele momento, em tomar a situação como um desafio da incubação, como processo político também destinado a modificar as relações,

desvelando aos trabalhadores e trabalhadoras das vantagens do trabalho coletivo autogestionário. A experiência, no entanto, muito embora extremamente rica do ponto de vista da produção do conhecimento, teve que ser encerrada após um ano de trabalho (o termo de compromisso previa um processo com um ano de duração, renovável por igual período), pois se demonstrava, por meio das entrevistas realizadas e pela observação participante, que permaneciam as relações verticalizadas entre os integrantes, com o grave risco do processo estar facilitando a exploração e a precarização de alguns dos trabalhadores e trabalhadoras.

Percebia-se, enfim, que o processo seletivo tradicional, constituído de um edital escrito, publicado no Diário Oficial e mesmo publicizado por outros meios (internet, telefonemas, movimentos sociais, sindicatos – como se tentou fazer nas ocasiões anteriores), não atingia os grupos com as características de uma incubação de economia popular solidária. O fato é que, a precariedade de acesso à linguagem escrita, a exigência de documentos, de forma jurídica, de equipamentos de propriedade coletiva, entre outros fatores, simplesmente impossibilitava que a seleção atingisse seus objetivos.

Foi assim que se decidiu por um procedimento diferente, que começou por uma seleção prévia de grupos com as características desejadas, através de um cadastro interno já existente, composto de grupos que se aproximam da incubadora por demanda espontânea ou que participaram de ações anteriores, como as Feiras de cuja organização a equipe da IEPS participou (Feira de Agricultura Familiar, realizada em 2015, e a Feira de Economia Popular Solidária, realizada em 2016). Os grupos selecionados foram então visitados nos seus locais (foi visitado um grupo urbano, que atua na região do Feiraguai, e dois grupos rurais, em Maria Quitéria e em Ipuaçú), chegando-se ao grupo finalmente escolhido.

A escolha do grupo levou em consideração de critérios definidos pela IEPS com base nas referências de classificação de iniciativas da economia popular e solidária estabelecidos pelo GT do Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado da Bahia, bem como no acúmulo de experiência de incubação de outros grupos pela IEPS, e alguns pontos foram fundamentais para a seleção finalmente realizada, que seguem relacionados porque igualmente explicam e direcionam a metodologia e as ações previstas no processo:

- trata-se de grupo localizado na zona rural, com histórico de organização coletiva e herança cultural de povos tradicionais, reconhecida como comunidade quilombola (pela Fundação Cultural Palmares, desde 2007);
- vívido interesse, desde o início, das trabalhadoras e trabalhadores, bem como horizontalidade de suas relações, observados

por meio de reuniões realizadas na sede da associação local, situada no Distrito de Maria Quitéria; - a perspectiva de integrar a comunidade para além das pessoas diretamente envolvidas no trabalho da cantina, por meio do estabelecimento de rede de produção, com o fornecimento de produtos pelos agricultores familiares da comunidade; - localização privilegiada se considerada a relativa proximidade da UEFS, favorecendo o deslocamento dos trabalhadores e trabalhadoras, sem o risco de precarização decorrente do excesso de tempo exigido para o trabalho.

A partir da seleção, o processo de pré-incubação foi iniciado desde maio de 2016, com a realização de ações formativas, organização prévia do trabalho, escolha dos componentes do grupo pela comunidade, bem como, um nome e uma imagem de identidade, construída coletivamente em oficina já realizada, a partir das ideias das integrantes do grupo: Sabores do Quilombo. Entre várias decisões e ações coletivas podemos destacar a criação de uma logomarca que identifica o grupo, Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Logomarca do grupo Sabores do Quilombo



Elaboração: Grupo Sabores do Quilombo/Bolsistas da IEPS/UEFS, 2017.

A partir construção da logomarca outros itens de identificação/identidade do grupo foram sendo construídas, um exemplo são as camisetas padronizadas, utilizadas pelas participantes do grupo, tanto no trabalho como em eventos. Um objeto, aparentemente simples, promove um sentimento de pertencimento e afirmação do trabalho realizado por este grupo produtivo.

Na figura 2, parte do grupo aparece num evento realizado na UEFS, onde foram convidadas tanto para relatar as experiências vivenciadas nesse período de trabalho no espaço da cantina, bem como, fornecer a alimentação para os participantes.

Figura 2 – Participação do grupo Sabores do Quilombo em evento na UEFS



Fonte: Acervo IEPS, 2017.

### **Nosso legado**

Existe uma possibilidade de troca de saberes e sabores, entre universidade e comunidade, fortalecendo as redes de produtos de preços justos e solidários, além da promoção do consumo consciente no ambiente universitário, uma vez que a alimentação é um fator preponderante no processo de construção identitária. Alimentar-se se constitui em um ato fortemente presente nas dimensões social, cultural e econômica.

Pelas figuras que seguem, procuramos demonstrar o compromisso da IEPS em dialogar com o grupo Sabores do Quilombo através de oficinas de formação tanto no espaço universitário como se fazendo presente na comunidade, de modo que não apenas quem faz parte do grupo atuante nas dependências da universidade, mas toda a comunidade possa ter acesso ao que é proposto para o fortalecimento do conhecimento.

Nas figuras 3, a formação relacionada a soberania alimentar, organização do cardápio, escolha dos alimentos e composição dos preços foram os temas tratados. Cabe destacar que a apresentação das informações estudadas por professores e bolsistas é socializada com o grupo, mas são elas que tomam as decisões de como organizar os itens acima citados. Nos depoimentos apresentados por elas, muitas citam o avanço em termos de conhecimento e melhoria na organização da atividade de comercialização após as oficinas de formação propostas pela IEPS-UEFS.

Figuras 3 – Oficinas de formação com o grupo Sabores do Quilombo



Fonte: Acervo IESPS/UEFS, 2016-2017.

As figuras 4 apresentam a participação do grupo em outros momentos de formação, nesses dois momentos que seguem, presentes na sala da IEPS, para discutir não apenas formas de comercialização mas, principalmente, como trabalhar de forma autogestionária. Faz-se necessário destacar que muitos membros vem de um histórico de relações trabalhistas capitalistas, extremamente exploratórias, e não estão acostumados a tomar decisões, não ter um encarregado ou um chefe cobrando e exigindo metas a cumprir. Para que o trabalho coletivo funcione é preciso mostrar as possibilidades de trabalhar em grupo onde todos definem como, o que e quando fazer.

Figuras 4 – Formação no espaço da IEPS/UEFS



Fonte: Acervo IESPS/UEFS, 2016-2017.



Os impactos mais visíveis dessa troca entre universidade e comunidade foi a participação da IEPS nas atividades desenvolvidas pela comunidade, representados nas figuras 5, a convite da Associação Comunitária, para as comemorações do Novembro Negro realizado na Comunidade Lagoa Grande em 2017, no mesmo período, participou do planejamento das ações da Associação para o ano de 2018, com intenso debate sobre a organização, gestão e papel político da Associação perante sua comunidade.

Figuras 5 – Participação da IEPS nas ações da Comunidade



Fonte: Acervo IESPS/UEFS, 2017.

### **Considerações**

Os avanços foram consideráveis ao longo desse ano e meio. Acreditamos estarmos avançando para a consolidação dos objetivos propostos no momento da escolha desse grupo para um processo de incubação. Acredita-se que essa experiência comunitária acumulada, articulada à capacidade da incubadora em dialogar com as comunidades e grupos populares tem auxiliado no processo de incubação e articulação de rede de comercialização dos produtos da Comunidade.

Temos realizado, ao longo desse período, muitas trocas de saberes e sabores, entre universidade e comunidade, fortalecendo as redes de produtos de preços justos e solidários, além da promoção do consumo consciente no ambiente universitário, uma vez que a alimentação é um fator preponderante no processo de construção identitária.

Além disso, percebemos avanços no trabalho autogestionário, o que não significa ausência de conflitos e necessidade de intermediações por parte da incubadora. Porém mesmo nessas situações, a avaliação do trabalho de incubação se mostra positiva, pois a compreende-se que a busca para a solução daquilo que foi entendido como problema se mostra como uma superação das dificuldades para a construção do trabalho coletivo.

Pretende-se, no entanto, que o projeto atinja direta ou indiretamente um grupo maior da comunidade, em atividades de formação diversas, pelo efeito multiplicador das atividades formativas e também com a participação da comunidade no espaço acadêmico.

## Referências

CASTRO, Carla Appollinario de. **Crítica à razão empreendedor**: a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo. UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2013. 200 f.

PITA, Flávia Almeida; LIMA, J. R. O. ; LIMA, C. E. S. . **Normatizando a solidariedade**: relato de experiência de construção coletiva de regras de uma cooperativa informal de economia solidária. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. A Sociologia como Artesanato Intelectual: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Salvador: Sociedade Brasileira de Sociologia/UFBA, 2013. p. 233-233.

LIMA, J.R.O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Revista Outra Economia**. Nº 18, v.10, p.3-17 - 2016.

LIMA, J. R. O., SILVA, J. M. L da. A Eficiência da Política Monetária Brasileira como Instrumento Indicativo de Orientação Econômica no Período de 1994 a 2002. **Sitientibus** (UEFS), v.01, p.p. 209-226 - 226, 2011.

LIMA, J. R. O. **A Economia Popular e Solidária como Estratégia para o Desenvolvimento Local**: uma análise a partir de observações realizadas na Feira Livre da Estação Nova no Município de Feira de Santana-BA. In: Fórum e I Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho, 2011, São Cristóvão. Fórum e I Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho. São Cristóvão/SE: GPECT, 2011. v.1. p.1 – 1.

LIMA, J. R. O. **A Economia Popular e Solidária como possibilidade de Política Pública capaz de contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável**. In: XI Congresso Lusoafro-Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e Desigualdades, 2011, Salvador. XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador-BA: UFBA, 2011. v.1. p.1 – 1.

NOVAES, H. T. As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário – a contribuição de István Mészáros. Curitiba, **Revista de Direito Cooperativo**, aprovado para publicação, 2010b.

NOVAES, H. T. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. PUC (SP): Revista e curriculum. **Revista eletrônica científica de Educação**: Currículo, vol. 5, Número 1 – Dez. de 2009b. <http://www.pucsp.br/ecurriculum/>

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.